

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA ESCOLA QUILOMBOLA A.S.R VOLTADA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03.

Simone Aparecida de Oliveira

simone.sossegada@hotmail.com

UEMS

Resumo

Essa pesquisa visa verificar o conhecimento dos professores com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África, que atuam na Escola Quilombola A.S.R, no município de Terenos em Mato Grosso do Sul. A escolha dessa escola foi por fazer parte de uma pesquisa que futuramente se tornará uma dissertação de Mestrado. Para a produção desse artigo, foi necessário falar sobre a formação inicial do professor, sob o olhar de Brzezinski, e uma abordagem sobre a qualidade de educação com Dourado, Gatti traz sua contribuição sobre a formação EAD, e Munanga falando dos estereótipos dos negros. Gatti traz sua contribuição sobre a formação EAD.

Palavras chave. Formação de professores. Preconceito. Discriminação.

Introdução

Essa pesquisa se concretiza a partir do momento em que se ofereceu a formação continuada aos professores de uma escola Quilombola no município de Terenos na qual está situada a vinte e sete quilômetros da capital Campo Grande em Mato Grosso do Sul, e a Escola está localizada a aproximadamente vinte quilômetros do centro da cidade na zona rural.

A referida escola foi criada pela Lei 542 de 10 de novembro de 1985 e seu credenciamento foi constituído pelo CEE/MS 7578 de 10 de maio de 2004, e oferece o ensino desde a Educação infantil ao nono ano do Ensino Fundamental, no intuito de atender a Comunidade Quilombola Os Pretos que moram na região da escola, mas que hoje também atende a comunidade geral.

Comunidade quilombola é aquela cuja sua formação se dá a partir de descendentes de escravos e que ocupa um território de terra, e ali mantem sua cultura com base em laços de parentesco, e relações de solidariedade reciprocidade (ARRUTI; FIGUEREDO, 2005).

Ao definir a palavra “formação” é válido dizer que susceptível de múltiplas interpretações. De origem latina, vem de formatione, que significa ato, efeito, modo de formar (BRZEZINSKI 2008).

Nesse sentido esse artigo se divide em duas partes, na primeira será abordada a formação inicial e as falhas sobre os conhecimentos de professores, e na segunda parte a

formação continuada oferecida para os professores sobre a implementação Lei 10.639 com as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África.

Formação Inicial de Professores e Algumas Falhas Sobre o Conhecimento Adquirido.

Formação Inicial de professores é fruto de estudos abrangentes no cenário atual brasileiro, pois é notório que hoje essa ação se dá de forma que muitas vezes o principal objetivo é a busca em atender os apelos capitalistas e inserção no mercado de trabalho e isso se reflete no contexto escolar das instituições de ensino público.

Sobre o alijeiramento dos cursos de graduação e a formação superficial dos estudantes Gatti traz em sua pesquisa que (2013/2014, p.39):

A questão importante, no entanto, é que se oferece nesses cursos apenas um verniz superficial de formação pedagógica e de seus fundamentos que não pode ser considerado como realmente uma formação de profissionais para atuar em escolas na contemporaneidade. É observada uma redução da carga horária útil dos cursos de licenciatura voltada a processos formativos profissionais, teóricos e práticos, de fundamentos e metodologias, redução que se faz via um conjunto de atividades vagamente descritas nos currículos, como: atividades culturais, estudos independentes, atividades complementares, etc.

Com essa ação citada acima, a formação do professor fica com um déficit de conhecimento que fará falta na prática pedagógica, e que possivelmente resultará também na má qualidade do ensino, fazendo com que cada vez mais surjam mazelas educacionais na escola pública.

Nesse contexto existem as Entidades que buscam a qualidade do ensino e formação de professores pautados na qualidade social que vai levar o conhecimento científico e social, levando os sujeitos a atuarem na sociedade de forma crítica, mas por outro lado à classe política pautada na qualidade social, mas na prática o que ocorre é a qualidade total. (BRZEZINSKI 2008).

As Entidades citadas pela autora acima são, no entanto, segundo, Brzezinski (2008, p.1141):

A Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (SEDES), e pelo Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUNDIR).

Essas entidades buscam a formação de professores fundamentada na concepção histórico social, com o paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação. Sendo assim a autora defende que a formação inicial deve ser realizada em Universidades e de forma presencial. Brzezinski (2008, p.1142) ainda salienta:

Por essa mesma razão, os educadores engajados na rede de associações defendem que a ambiência universitária é o espaço mais adequado para formar o profissional da educação. Esses educadores consideram que é na universidade, lugar do trabalho não material, que o professor poderá preparar-se para o domínio do trabalho pedagógico, cujo ponto de partida e de chegada é a prática social.

A defesa da autora sobre a formação ser oferecida na Universidade vem contrapor a política de formação de professores sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece cursos de graduação de forma EAD, ou seja, à distância e que por muitas vezes não oferece qualidade de ensino, contribuindo assim para a má formação do professor.

Sobre a graduação EAD, (GATTI 2013, P.38), mostra que não é a modalidade em si que causa a preocupação sobre o ensino, pois essa é rica em possibilidades de aprendizagem, mas da forma em que vem sendo oferecida, pois demanda uma série de aspectos que precisam ser atendidos como:

Cursos à distância demandam: equipes docentes com boa formação na área e também quanto a aspectos específicos do ensino nessa modalidade; tecnologias sofisticadas e ágeis; materiais bem produzidos e testados; polos bem instalados; monitores ou tutores bem formados, tanto nos conhecimentos de áreas como no uso de tecnologias educacionais, apoiados e acompanhados sistematicamente; sistemas de controle bem delineados com pessoal adequado; avaliação da aprendizagem em formas consistentes, entre outros cuidados. São aspectos nem sempre encontrados na oferta dos cursos EAD no país.

Essa preocupação da autora é válida, pois o que vemos nesse cenário atual, são cursos de graduação sendo oferecidos sem qualquer preocupação com a qualidade e o conhecimento, mas sim a fim um quantitativo de pessoas com nível superior e que poderão ser inseridos nas escolas, principalmente nas escolas públicas, aumentando os índices de pessoas que não possuem o conhecimento mínimo ocupam lugares intelectualmente constituídos na sociedade.

A formação dos professores com o intuito de se adquirir a qualidade social (Brzezinski 2008) é a principal fonte de aquisição de qualidade, pois para que haja uma base de ensino ou um padrão a ser alcançado, é necessário que ocorra uma melhor qualidade na formação dos profissionais da educação, sendo a formação inicial dos professores uma importante fonte de se obter a qualidade tão esperada no ensino público. Para Dourado (2007, p.924):

Rever a formação pedagógica requer, portanto, a articulação entre as políticas educacionais e as concepções de formação enquanto processos de construção

coletiva. Implica, também, resgatar as experiências implementadas por estados e municípios como passos importantes no fortalecimento das ações do MEC, em apoio às políticas de formação de professores e aos processos de organização, gestão educacional e escolar.

É necessária então uma melhoria na qualidade do ensino das universidades para que esses profissionais possam atuar de forma sólida e permear as novas práticas com a experiência já existente é um bom caminho para alcançar o padrão elevado de ensino e aprendizagem. A formação continuada para os professores deve promover à continuidade do aprendizado, voltada às demandas surgidas no cotidiano escolar, ou seja, quando há alguma temática que precisa de maior compreensão para que o professor possa intervir com sua prática pedagógica.

Sendo assim, essa prática deveria compor o cenário educacional de forma a atender os professores em suas dificuldades cotidianas e até mesmo ao aprimoramento de sua prática pedagógica, com as questões surgidas socialmente. Isso fica evidente nas questões a seguir quando se trata das questões da Diversidade, mas especificamente do trabalho voltado a atender a Lei 10.639/03, que é o foco dessa pesquisa.

A Formação Continuada na Escola Quilombola A.S.R Sobre a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África, essa Diretrizes surgiram a partir da obrigatoriedade em se cumprir a Lei 10.639/03, com relação ao trabalho voltado ao combate do preconceito e da discriminação no âmbito escolar.

O preconceito e a discriminação são termos distintos, pois segundo a definição de Sant`Ana (2005 ,p.62), conceitua que:

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. **Discriminação** é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo.

Essas Diretrizes são políticas afirmativas, que busca reparar as injustiças sofridas pelos negros no período de colonização, e que foram escravizados cerca de trezentos anos e que até os dias de hoje passam por situações de preconceito e de discriminação racial, por causa de seu fenótipo.

Os fenótipos são as características físicas como a cor da pele, o cabelo, o nariz achatado, enfim nos que não estão nos padrões de beleza aceitos pela sociedade e que por isso, muitos termos pejorativos são delegados por parte dos não negros a eles com o intuito de inferiorizar e ofender.

Nesse sentido, ao oferecer a formação continuada na escola já citada, verificou-se que os professores apesar de trabalharem numa escola denominada quilombola, desconheciam as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira a Lei 10.639/03, que se faz obrigatório para o currículo educacional.

Isso se deve porque a maioria dos professores que fazem parte dessa escola possui formação inicial anterior ao ano de 2003 em que a Lei foi sancionada e isso fez com que contribuísse ao não conhecimento da mesma, e é nessa perspectiva que a formação continuada seja oferecida, pois dessa maneira ocorrem estudos por parte dos professores que são necessários para o ensino e aprendizagem dos alunos.

A primeira abordagem da formação foi o questionamento de quem conhecia as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira a Lei 10.639/03, e a resposta entre os professores presentes foi unânime que não conheciam.

Outra questão trabalhada foi uma breve abordagem sobre o processo de colonização do Brasil, ocorrido por volta de 1500, na qual os negros surgem nesse cenário para o trabalho escravo, e logo perpassa também pela Abolição da Escravatura em 1888, e por fim, como os negros ainda nos dias de hoje são tratados em nossa sociedade.

Sobre a história do Brasil, havia um professor de História que contribuiu significativamente com a formação trazendo fatos históricos da época da colonização, e que isso fez com que os professores ficassem muito interessados em ouvir a história diferente daquela em que retrata o livro didático, no qual, todo o processo de colonização foi de forma harmônica e passiva.

Toda essa volta à história do passado do Brasil é necessária a fim de fazer com que os professores compreendam o objetivo da criação da Lei 10.639/03, que é a desconstrução negativa delegada aos negros e a valorização da cultura afro-brasileira e africana no cotidiano

escolar, e que essas Diretrizes não se configura um campo de conhecimento isolado, e sim um trabalho voltado a todas as áreas de conhecimento.

A formação foi realizada através de slides e os professores iam argumentando suas impressões e apreendendo os princípios e finalidades das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África. Com isso alguns questionamentos foram surgindo, com relação a como se trabalhar no cotidiano envolvendo essa temática.

Uma das sugestões foi trabalhar com as literaturas existentes, no que diz respeito as crianças, a literatura infantil que trazem personagens negros, logo, mostrar as diferenças sempre no cuidado para não se promover distorções reforçando ainda mais uma ideia negativa construída historicamente sobre as características dos negros.

Existem várias maneiras de se promover a igualdade de tratamento entre os indivíduos, como mostrando na história como foi que começou o processo histórico do Brasil, valorizando a cultura e promovendo o conhecimento sobre a história, a arte, as danças, a cultura, e também mostrando o Continente Africano e as contribuições para a formação do povo brasileiro.

Sobre como deve ser implementada a Lei 10.639/03, é válido que os professores conheçam as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e que também promovam o conhecimento dos alunos, com isso é possível a reversão desse cenário de preconceito racial e de discriminação entre os indivíduos na sociedade.

E sobre isso as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África traz orientações para que ocorram ações educativas no intuito do combate ao racismo e discriminação que se desdobra em alguns princípios entre outros são (2003, p.20):

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. - O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se fará por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que: – se explicitem, busquem compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule, diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e pensamentos de raiz da cultura africana; – estudantes, professores, servidores, integrantes da comunidade externa aos estabelecimentos de ensino – de diferentes culturas

interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um.

É válido mostrar que a discriminação não é só um problema da escola, mas sim de toda uma sociedade na qual o pensamento ainda é aquele construído de forma europeia em que há uma valorização dos padrões de beleza voltada ao indivíduo branco, com olhos azuis e cabelos lisos. Mas a escola é um espaço de pluralidade e de transmissão de conhecimento, nesse sentido, Gomes (2003, p. 77) elucida que:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra. A discussão sobre a cultura negra poderá nos ajudar nessa tarefa.

Essa visão acima da Autora foi muito bem dialogada entre os professores que também conseguem perceber a problemática da questão das relações hierárquicas no que diz respeito a cor da pele entre os indivíduos desde muito cedo, pois essa escola atende desde a pré-escola até o nono ano do ensino fundamental, e nesse contexto, existem crianças que frequentam esse ambiente escolar e que não fazem parte da Comunidade Quilombola Os pretos.

Os professores presente concordam na maioria que a nossa sociedade é marcada por preconceito racial e discriminação sobre os indivíduos que não se englobam num padrão de beleza ditado pela sociedade, e que é necessário o trabalho pedagógico dentro das escolas para que haja a igualdade de tratamento entre os indivíduos.

Outra questão abordada foi sobre a formação inicial e suas falhas, pois todos disseram que quando fizeram a graduação era como se fossem encontrar todos os alunos na escola de forma padrão, ou seja, pessoas que pensavam iguais, eram da mesma cultura, da mesma raça, da mesma religião, e não é o que ocorre pois, uma escola é composta por sujeitos multiculturados e o ensino não deve ser voltado a apenas um tipo de pessoas.

Dessa forma, ao adentrarem na escola em sua fase inicial, tiveram um choque de realidade, ou seja, se depararam com diversos tipos de pensamentos, comportamentos, opiniões entre outras, que o próprio plano de aula não contemplava a todos.

No momento da formação, os professores ficaram bastante interessados em compreender a Lei 10.639/03, por perceberem que essa deve fazer parte do ensino não só da escola quilombola, mas sim de todas as escolas já que é visível a problemática da discriminação e do preconceito no cotidiano escolar e na sociedade.

Vale ressaltar também que na medida em que as Diretrizes estudada era apresentada no slides, o interesse em compreendê-la também ia aumentando, e os professores no tempo inteiro iam argumentando principalmente nas orientações de forma de se trabalhar a valorização da cultura negra dentro do cotidiano escolar.

O professor de história presente salientou que a história do Brasil é contada de forma distorcida, principalmente quando mostra a passividade entre os indivíduos índios, negros com o branco colonizador, em que a própria literatura já traz que houve muitos conflitos entre eles.

Contudo, toda a formação continuada foi de grande valia, para que se perceba que os professores apesar da maioria ter mais de dez anos de carreira, acreditam que a formação inicial possui muitas falhas no que diz respeito ao conhecimento teórico necessário para o ensino, mas que é unânime entre eles que a formação continuada deve ocorrer sempre que algo novo surge na sociedade.

A Lei 10.639/03, já possui quinze anos desde sua implementação, mas os professores presentes mostraram desconhecê-la, mas todos veem com suma importância o trabalho voltado as questões raciais, pois dessa forma é mais fácil mostrar aos indivíduos que todos devem ser tratados igualmente, pois todos são sujeitos de direito.

Considerações finais

A formação inicial é de suma importância que ocorra de forma sólida, pois, quando se tem uma base bem firmada o trabalho pedagógico fica significativo e concreto, ou seja, a teoria e a prática devem andar juntas para a promoção do ensino e da aprendizagem.

O que fica visível hoje são Instituições de ensino oferecendo cursos de graduação sem muita qualidade e isso se reflete nos bancos escolares, nos quais, o destino final é o aluno. Com isso o conhecimento se torna ineficaz, com muitas falhas e se reflete na baixa qualidade de ensino, principalmente em escolas públicas nos quais existem pessoas que não possuem poder aquisitivo para buscar melhores conhecimentos.

Dessa forma, a formação inicial como já foi dito deve ser de forma que o conhecimento deve promover a mudança de comportamento dos professores e sucessivamente dos alunos, para que possam contribuir na melhoria da sociedade.

Com relação à formação continuada, é válida que ocorra no campo escolar, pois é nele que surgem as questões que precisam ser supridas, e assim a formação oferecida a Escola estudada veio de encontro ao conhecimento das Diretrizes que devem ser implementadas e que ainda os professores não conheciam seus fundamentos e princípios a serem aplicados.

Sendo assim, a formação continuada se estendeu por quatro horas e ainda os professores pediram maiores aprofundamentos sobre o tema, e que também gostariam de receber outras formações referentes a outras temáticas que surgem no cotidiano e que por muitas vezes não conseguiram solucionar e acaba recorrendo por falta de melhores conhecimentos para sanar o problema.

Sobre a discriminação racial e o preconceito contra negros, os professores viram que é bastante ocorrente na Escola, nesse sentido, ficaram satisfeitos em conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino da História Afro-Brasileira e da África, pois nela se configura todo o processo a que se precisa voltar o trabalho pedagógico e com isso fica mais eficaz o ensino, apesar de que ainda há uma grande trajetória a se percorrer para que acabe o preconceito e a discriminação relacionados aos indivíduos negros.

Quando tratamos das relações existentes entre os indivíduos, esse conhecimento deve ser fundamentado em igualdade de tratamento, o que não ocorre na sociedade, quando se trata das questões raciais, e para isso, o ensino das relações étnico raciais é de suma importância, para que percebam na história a contribuição significativas em que os negros africanos deram para a formação da sociedade brasileira.

Sendo assim, os professores devem buscar na história a desconstrução negativa atribuída ao indivíduo negro e ainda hoje é injustamente tratado em todos os seguimentos sociais, e na escola é um ambiente rico em relações entre os indivíduos e assim se torna um espaço rico para o trabalho de construção positiva e igualdade de tratamento, seja qual for a raça, religião, cultura, cor entre outras.

Portanto, é necessário que os professores busquem conhecimentos teóricos para que seu trabalho seja científico e que leve as mudanças necessárias ao atual cenário social, e que os problemas entre as relações sociais não ocorre somente nas escolas mas em todos os seguimentos sociais, mas é na escola que os indivíduos buscam o conhecimento científico e é

nela que ocorrem um número grande de pluralidade cultural, racial, religiosa, enfim é um espaço rico para o trabalho com a igualdade de tratamento.

Referências

ARRUTI, José Maurício; FIGUEIREDO, André Luiz Videira. **Processos Cruzados: configuração da questão quilombola e campo jurídico no Rio de Janeiro**. Boletim Informativo Nuer, Florianópolis, v. 2, n. 2, UFSC, 2005. B

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2003. 35p.

BRZEZINSKI. Iria. **Políticas Contemporâneas de Formação de Professores Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. vol. 29, núm. 105. septiembre-diciembre. Campinas, Brasil. 2008, p. 1139-1166.

DOURADO, Luiz Fernandes. Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.